



e-cadernos CES

23 | 2015

Espaços de Justiça e arquitetura dos tribunais

O sujeito da *techne* – O problema do desenho da vivência da justiça

The Subject of Techne – The Problem of Rethinking the Experience of Justice

Rui Artistides Lebre



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/1922>

DOI: 10.4000/eces.1922

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

Rui Artistides Lebre, « O sujeito da *techne* – O problema do desenho da vivência da justiça », *e-cadernos CES* [Online], 23 | 2015, colocado online no dia 01 junho 2015, consultado a 20 abril 2019.
URL : <http://journals.openedition.org/eces/1922> ; DOI : 10.4000/eces.1922



RUI ARTISTIDES LEBRE

O SUJEITO DA *TECHNE* – O PROBLEMA DO DESENHO DA VIVÊNCIA DA JUSTIÇA *

Resumo: Considerando a democratização da justiça como um problema político, propomos interpretar a arquitetura enquanto reflexão política. Por si só, a organização do espaço não produz mudanças sociais e políticas; simultaneamente, não pode remover-se do seu papel na produção dos quadros de vida. É desta condição que pretendemos falar. Procuraremos identificar os termos que definem a intimidade entre arquitetura e política, com o objetivo de traçar um campo de projeto, próprio da arquitetura, no qual a possibilidade de forma se coloca enquanto a gestão objetiva e subjetiva de corpos. Este objetivo será desenvolvido através de uma discussão do conceito de *techne* e das suas implicações para a arte de edificar e servirá para esboçar uma hipótese experimental de trabalho, na qual o problema de uma possível democratização da justiça possa ser imaginado através de práticas espaciais.

Palavras-chave: tecnologia, política, habitar, vivência, justice.

THE SUBJECT OF *TECHNE* – THE PROBLEM OF RETHINKING THE EXPERIENCE OF JUSTICE

Abstract: Understanding the democratization of justice as a political problem, we propose to interpret the discipline and practice of architecture as a political reflection. The organization of space does not by itself produce social and political changes; however, it cannot be exempted from its role in the production of life settings. This is the condition we wish to discuss. We will try to identify those dispositions that define an intimacy between architecture and politics, with the goal of delineating a field of design, endogenous to architecture, in which the possibility of shape is taken as the objective and subjective managing of bodies. This argument will depart from a discussion of the concept of *techne* and its implications for the art of building. It will furthermore allow to sketch an experimental work hypothesis in which the question of a possible democratization of justice may be imagined through spatial practices.

Keywords: technology, politics, dwelling, experience, justice.

* A discussão apresentada no presente texto parte de uma reflexão conceptual desenvolvida a propósito do carácter político da arquitetura, dentro do projeto doutoral “Da organização do espaço à organização da sociedade”, e surge como resposta e possível contributo para os problemas discutidos no curso de formação avançada “O Espaço na Democratização da Justiça” (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2012).

A QUESTÃO DA TECNOLOGIA

Originalmente a palavra tecnologia, na sua forma grega – *techne* –, tinha dois significados: a atividade do artesão, a arte de fazer, e a atividade do pensador ou filósofo, a arte de imaginar. Pelo menos até Platão, *techne* associava-se a *episteme*¹ (*apud* Heidegger, 1977 [1954]: 12). Portanto, apesar de pertencer ao domínio do *tekton*,² do construtor e artesão, *techne* implicava igualmente um modo de conhecer, um modo de conceber o mundo.

Este complexo de significados foi reintroduzido na cultura europeia a partir do século XIV e XV, tendo Itália como ponto de entrada e integrando um processo que se veio a designar por *Renascimento*. Com o ressurgimento da cultura clássica e a sua integração no ambiente político e económico das cidades-estado italianas, o significado de tecnologia começou um lento processo de reinvenção, principalmente ligado à afluência de técnicas investidas no crescimento e progresso da exploração capitalista. O significado moderno de tecnologia emergia lentamente. Como descrito por Foucault, nos anos 80 do século passado, este último pode tomar-se pelo seguinte: “Um sentido muito restrito é dado a ‘tecnologia’: pensamos em tecnologia dura, a tecnologia da madeira, do fogo, da eletricidade.” (2000a [1982]: 364).

Este significado da palavra tecnologia, que implica a tradução de *techne* em *tekton*, isto é, de ato de conhecimento que transforma no que pertence exclusivamente ao ato do especialista em determinado material – o carpinteiro –, foi sendo consolidado a partir do final do século XVIII e início do século XIX; especificamente a partir do momento promovido pela questão kantiana – “o que é o homem?” ao invés do “o que é Deus?” de Descartes –, pelo impulso científico de inventariação do real, pela construção de uma racionalidade mecânica para a vida biológica e de uma racionalidade liberal de governo (*apud* Wallenstein, 2009: 7).

Com o advento da revolução industrial, tecnologia passa a significar técnica ou apenas o que é próprio da natureza eficiente da matéria; o sentido moderno e redutor de tecnologia tornava-se, assim, comum. Por outras palavras, efetuava-se a disjunção do significado primeiro de tecnologia, contido na *techne* grega.

É contra este sentido comum, e a disjunção que o promoveu, que o filósofo Martin Heidegger (1977 [1954]) ensaia um questionamento ontológico de tecnologia. No

¹ Segundo o Oxford Dictionary, *techne* (τέχνη) traduz-se em inglês por “craft”, o que em português significa habilidade, nomeadamente técnica, num sentido amplo: o poder de transformar a matéria em algo. *Episteme* (ἐπιστήμη), segundo o mesmo dicionário, significa em inglês “knowledge”, ou “to know”, que em português se traduz por conhecimento ou pelo ato de conhecer. O ato de transformar a matéria em algo e o de conhecer algo eram para os pré-platónicos, isto é, para a filosofia grega anterior a Platão, dois elementos indissociáveis, habilidade e conhecimento não se distinguindo de nenhuma forma permanente.

² *Tekton*, segundo o mesmo dicionário, significa “craftsman”, em português artífice, nomeadamente o carpinteiro e o pedreiro.

panorama de uma Europa em escombros, vítima do poder apocalíptico da tecnologia. O que interessou ao filósofo foi o reposicionar da tecnologia enquanto *techne*. Procurando responder ao enigma do poeta Friedrich Hölderlin, “... poeticamente o homem habita esta terra” (*apud* Heidegger, 1977 [1954]: 26), Heidegger recupera o conceito de *poiesis* enquanto aglutinador do que pertence ao fazer e do que pertence ao pensar, a unidade clássica entre *tekton* e *episteme*: identificando tecnologia com arte, e arte como a necessária dimensão ética do avanço tecnológico (*apud* 1977 [1954]).

Este questionamento da fundação e significado de tecnologia no pós-guerra assinala a crítica de um problema central para as sociedades modernas: o papel da tecnologia enquanto motor de desenvolvimento e progresso. Especificamente, esta via crítica possibilita o reconhecimento da ausência de fundação de tecnologia, isto é, o facto de não se poder justificar universal e globalmente; do seu lugar no desenvolvimento humano ser socialmente construído. A interpretação dos seus significados e terminologias não representa simplesmente uma curiosidade etimológica.

Nesta linha, o questionar da fundação da tecnologia, contrapondo o seu sentido moderno ao antigo, permitia e permite interpretar de forma mais abrangente as suas operações tanto materiais, como sociais. Devido ao seu longo tempo de formação disciplinar, a arquitetura constitui, para esta discussão, um objeto de reflexão pertinente.

A QUESTÃO DA ARQUITETURA

Voltando à origem das palavras, a palavra arquitetura é composta pelas palavras gregas *arche*, significando, por um lado, “o princípio” ou “origem” e, por outro, aquele que governa ou “líder”, e por *tekton*. Nas suas primeiras representações conhecidas na cultura da antiguidade, o termo arquitetura assumiu a identidade de tecnologia que liderava todas as outras, a primeira *techne*. A construção histórica deste significado e suas implicações para a cultura arquitetónica podem e devem ser decompostas, no entanto, para a presente discussão, esta representação permite olhar para a história da disciplina como um campo de formação dos significados e disjunções de tecnologia ao longo do tempo.

Assim encontramos, na absorvente cultura imperial romana, o pensador e construtor Marcus Vitruvius Pollio (80-15 a.C.) afirmando a arquitetura como *techne*, ou seja, como uma arte de fazer composta por vários níveis de compreensão e ação sobre o mundo. No livro *De architectura*, que viria a ficar famoso como os “dez livros de arquitetura” de Vitruvius (1914), arquitetura envolve, em igual medida, o desenho

de máquinas de guerra, muralhas e infraestruturas técnicas, como aquedutos e estradas; bem como o determinar a implantação de cidades e desenho das suas malhas urbanas; ora também o correto enaltecimento da história social e política da república, nomeadamente na sábia utilização das ordens decorativas e das estórias nelas contidas.

Com este tratado, Vitruvius avançou a ideia do arquiteto como filósofo, engenheiro, médico e pintor, como o técnico total, combinando vários saberes e dominando o conhecimento de várias técnicas eficazes (*apud* 1914: 5-12). O seu campo de ação era o ambiente humano e arquitetura a arte de construir com beleza e sentido ordenado a eficácia ambiental de determinada sociedade.

Esta forma de conhecimento profissional é resgatada no Renascimento. Os heróis-arquitetos deste período, Donato Bramante, Filippo Brunelleschi, Leon Battista Alberti, entre outros, procuraram reafirmar arquitetura enquanto atividade eficiente e moralmente estruturante da produção social: a síntese do progresso e ambição humanas numa ordem social representada. Aconteceu, no entanto, que a produção espacial deste período, em Itália, fez-se dos conflitos entre o papado romano e a burguesia patricia das repúblicas venezianas e florentinas.

Como analisado por Tafuri (2006 [1992]), este contexto promoveu uma séria de ansiedades relativamente ao papel da arquitetura na gestão do ambiente humano e um questionamento da sua essência enquanto *techne*. É neste sentido que podemos ler o pessimismo de Alberti, relativamente ao falhanço da arquitetura como *techne* face à *hubris*³ humana promovida pelas técnicas modernas de dominação da natureza.

Construtor-pensador que servia o papado romano e suas ambições imperiais de governo, Alberti identificava a arquitetura como *Re Aedificatoria* (1452), significando simultaneamente a arte de edificar e a arte de moralizar. Para ele, arquitetura era *techne* no sentido original grego, mas também, como tal, era prometaica, ou seja, um ato envolvido em tragédia e desprovido de fundação, como o roubo do fogo por Prometeus (*apud* Tafuri, 2006 [1992]: 51). O pessimismo de Alberti derivava desta natureza prometaica da tecnologia humana: a ausência de fundação divina ou uma fundação feita sobre um crime.

Por outro lado, para Filippo Brunelleschi, identificado com a reinvenção da perspetiva e que servia a burguesia florentina, arquitetura era uma técnica que partilhava mais com a engenharia e as artes teatrais, do que com uma arte moral de governo no sentido albertiano. Por esta razão, Brunelleschi estava talvez mais

³ Segundo o Oxford Dictionary *hubris* tem os seguintes significados: “conceit”, “arrogance”, “vanity”, ou seja, em português, ‘presunção’, ‘confiança em demasia’, neste caso, nos poderes transformadores e reformadores da técnica moderna.

confortável com uma disjunção da arquitetura enquanto *techne*. Como sugestivamente apontado por Tafuri (*ibidem*: 1-3), este construtor-pensador apreendeu de forma mais propositiva o carácter desagregador, a espoliação de identidades e a dissimulação promovidos por técnicas sociais modernas, bem como a sua compartimentação do ambiente humano em áreas eficazes. Arquitetura surgia aqui como um saber e uma tecnologia sobre um desses compartimentos. Entre Alberti e Brunelleschi emergia a disjunção de arquitetura enquanto *techne*.

A disjunção ou a dissolução completa de *techne*, e de arquitetura enquanto arte de síntese em arte técnica, só veio a afirmar-se totalmente no século XIX.

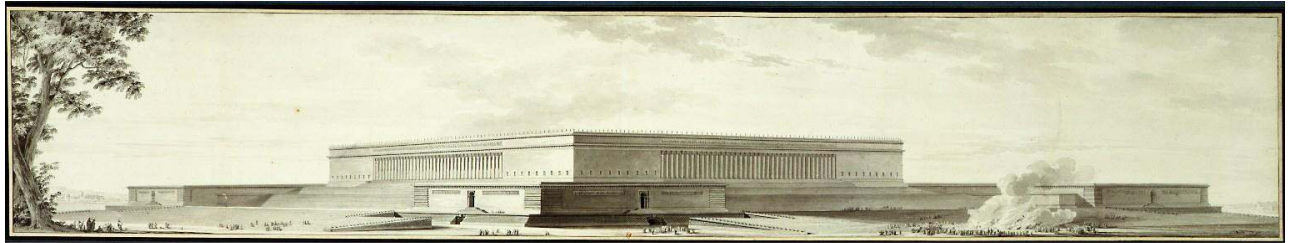
Na Europa do século XVIII e XIX a cidade barroca, cidade-objeto que reproduzia um sentido aristocrático de conceber o estado humano e natural, era progressivamente extravasada por um sentido liberal. À lenta e estável progressão aristocrática impunha-se a velocidade do poder burguês e uma outra lógica de gestão do ambiente humano

Os arquitetos Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806) e Étienne-Louis Boullée (1728-1799), em parte procuravam as formas ideais para os novos programas de Estado, o seu panorama era ainda o de uma governação aristocrática e uma ideia de estabilidade próxima da clássica. A arte de edificar, para eles, tinha a responsabilidade de produzir a verdade através de uma beleza canónica, ou seja, de representar moralmente a ordem da sociedade. Arquitetura era ainda uma arte total, moral e eficaz, no sentido vitruviano e albertiano. Por isso, o desafio apresentado à arquitetura pelas novas lógicas de gestão do urbano,⁴ impeliu a uma reinterpretação e adaptação da tradição clássica. O que tinha o objetivo de mitigar os conflitos internos da disciplina entre a formação artística clássica e a técnica, influenciada pelas escolas de engenharia. Estes últimos, no entanto, já estavam demasiado enraizados para se dissiparem: a crise do paradigma vitruviano estava para se instalar.

Como defendido por Antoine-Chrysóstome Quatremère de Quincy (1755-1849), influente teórico de arquitetura na passagem do século XVIII para o XIX, a nova arquitetura devia rejeitar os modelos clássicos e estabelecer-se como o seu próprio modelo (*apud* Wallenstein, 2009: 21). Quincy defendia o entendimento da arquitetura enquanto fenómeno abstrato e global, derivando as suas racionalidades e formas do presente e não de uma continuidade histórica que reproduzia uma estabelecida ordem ambiental. Colocando-se, então, a questão de como racionalizar esse presente, a resposta procurava-se no corpo e nos sentidos do indivíduo, uma recente entidade social. Assim, a arquitetura constituía-se como arte de afeções e sensações, como desenho da experiência emocional da população. Os projetos monumentais de

⁴ A própria palavra e ideia de “urbano” surgiu apenas no século XIX e como resultado desta nova lógica de gestão do ambiente humano, no seu progresso contínuo; ver Aureli (2011: 1-45).

Boullée (ver imagem I) podem assim ser lidos duplamente, como tentativas de reencontro de um paradigma espacial universal mas, também, como “a possibilidade de transformar globalmente a experiência sensorial do indivíduo” (*ibidem*: 24).



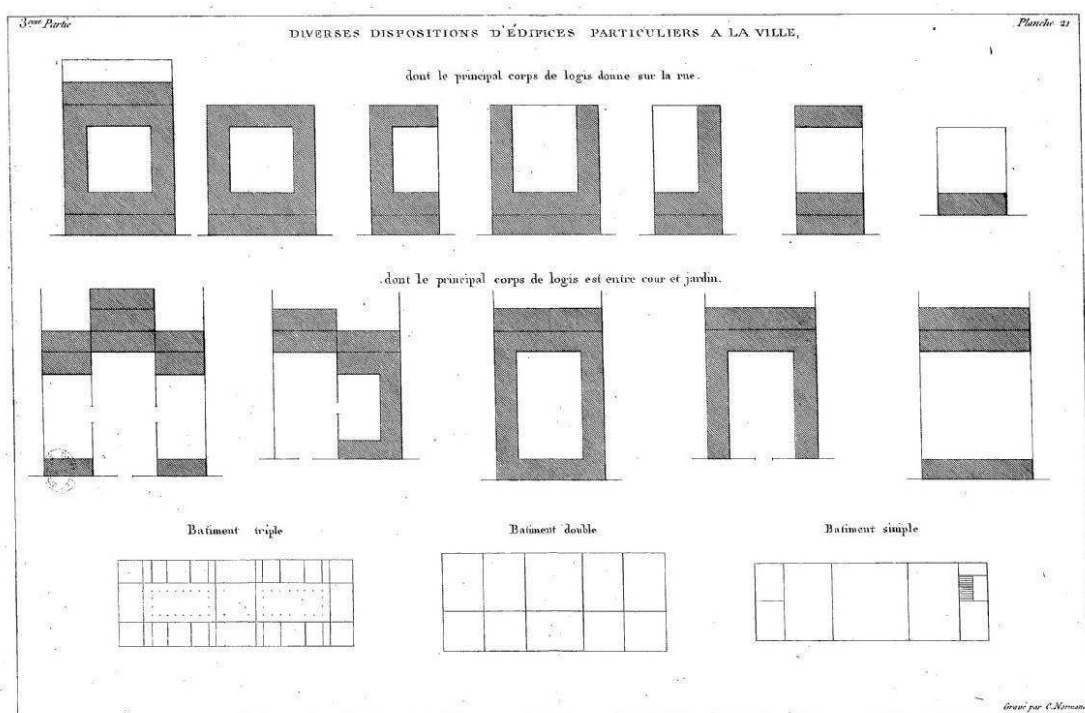
Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

IMAGEM I - Perspetiva de palácio da justiça, c. finais do século XVIII

Fonte: Étienne-Louis Boullée, através da Bibliothèque nationale de France,
disponível em <http://gallica.bnf.fr>.

Foi o arquiteto Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1834) quem fez implodir o paradigma vitruviano herdado dos renascentistas, expondo a ferida entre *arche* e *tekton*, ou seja, entre a síntese que governa e a arte da técnica. Respondendo aos novos clientes, Durand produziu uma visão tecnicista da arquitetura, que tanto mais se afastava de uma ideia clássica de hierarquia e beleza quanto mais se aproximava de uma arte liberal de governação.⁵ Durand rejeitava a hipótese de uma origem da arquitetura, ou seja, a sua fundação enquanto *techne* e a comunhão, tomada como mítica, entre o que pertencia ao pensar sobre o humano e ao agir sobre a matéria. Assim, a disciplina se entregava ao pessimismo prometaico de Alberti: a ausência de fundação de *techne*. Cortada a ligação entre o corpo e uma ordem simbólica, a arquitetura é reconceptualizada em torno de racionalidades técnicas (*apud* Wallenstein, 2009: 26), e é essa a linguagem falada pelas tipologias de Durand (ver imagem II).

⁵ A expressão “arte liberal de governação” é retirada de Michel Foucault, 2010.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

IMAGEM II - Composições de “dispositivos” arquitetônicos

Fonte: Durand (1805), através da Bibliothèque nationale de France, disponível em <http://gallica.bnf.fr>.

Neste sentido, a noção de arquitetura *parlante*⁶ de Ledoux e Boullée é transformada por Durand na noção de que se a arquitetura falar, fala tecnicamente. O “silêncio” de Durand (*apud* Tafuri, 1985 [1973]) representa algo distinto de e mais profundo que a supressão da função poética da arquitetura:

[...] tem menos a ver com a ausência de palavras do que com o facto de que aquele que as profere já não é o poeta humanista, cuja eloquência está enraizada na hierarquia das belas-artes, mas o técnico ou engenheiro, cujo conhecimento advém de um horizonte diferente, que está ligado a uma nova máquina-Estado, e que manuseia novas aplicações de poder e novas exigências de eficácia que formam parte de um programa político [...] (Wallenstein, 2009: 29)

⁶ Uma arquitetura que falava da natureza e história humana ou, por outras palavras, que tinha a missão de dar sentido à existência social através da ordem contida na beleza. A genealogia e importância do conceito de arquitetura *parlante*, para os arquitetos *supra* referidos, pode ser estudada em Emil Kaufmann (1952).

Este programa político era concretizado nas arquiteturas dos novos espaços de saúde, hospitais urbanos, nos novos espaços de produção de competências, escolas profissionais e públicas, nos novos espaços de correção de delinquentes e inadaptados, prisões e hospitais psiquiátricos, e nos novos espaço de justiça, tribunais nacionais e regionais – a praça e a guilhotina eram substituídos pelo palácio de justiça. A cidade acomodava um novo sentido produtivo associado à emergência de uma nova entidade, a população,⁷ e à necessidade de a gerir para os fins do progresso e crescimento. E Durand transmitiu esta visão, a de uma produtividade não poética, técnica e racional, para a arte de edificar.

Foi durante o século liberal, o século XIX, e a emergência dos Estados-nação modernos e burgueses que a arquitetura passou definitivamente a ser entendida como uma prática e forma de conhecimento dividida entre a arte e a técnica, isto é, entre o princípio da síntese que governa – *arche* – e a ação técnica sobre o real – *tekton*; não sendo indiferente a esta divisão a queda das visões de ordem social da monarquia europeia e a rejeição do passado longínquo como raiz de ordem simbólica.

A tradução de arquitetura enquanto *techne* em arquitetura enquanto técnicas é o originar de uma ferida epistemológica, apenas temporariamente sarada pelos modernistas do início do século XX, com a qual não podemos deixar de associar o advento da modernidade enquanto processo de dominação técnica do real e do desenvolvimento da governação liberal. Os modernistas tentaram reposicionar arquitetura enquanto arte total ou *techne*, traduzindo arquitetura enquanto técnica ao serviço da reprodução das classes pelas classes dominantes, em arquitetura enquanto tecnologia social para o desaparecimento das classes em si. Assim podemos entender, por exemplo, o *Existenzminimum* de Hannes Meyer, pensado, por um lado, para promover uma disciplina austera e protestante de trabalho, e por outro, para criar a igualdade de condições de vida próprios a um horizonte social anarquista (ver imagem III). Mas também esta fundação para a tecnologia e para a arquitetura, enquanto *techne*, se revelara produtora de *hubris*, como Alberti teria premunido.

⁷ Michel Foucault defende a emergência, no século XVIII, da categoria de população, um novo denominador para o conjunto de indivíduos de uma cidade, região ou estado, enquanto aspeto central da gestão produtiva da vida promovida por uma filosofia liberal de governo (cf. Foucault, 2010).

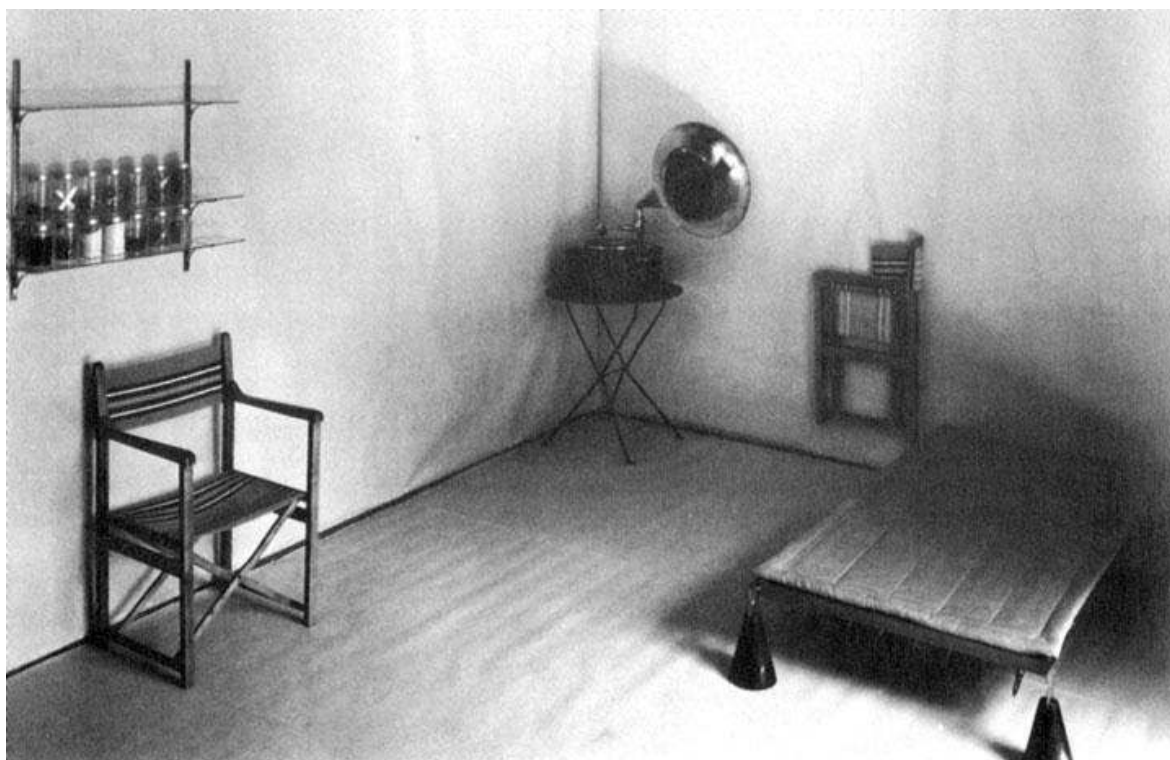


IMAGEM III - *Co-op Zimmer*

Fonte: Hannes Meyer, 1926: 219.

DA ARQUITETURA ENQUANTO TECNOLOGIA

Com esta breve interpretação histórica pretendemos identificar o questionamento de Alberti e, quinhentos anos mais tarde, o de Heidegger como projetos díspares embora construídos em torno de um objetivo comum: a procura de um *ethos* – uma condição ética – que redima a transformação de *techne* em *tekton*, e a tradução moderna de tecnologia em técnica. Neste sentido, tanto o construtor-pensador, como o filósofo, encontram-se na vontade de resgatar uma ordem social simbólica que garanta o sentido existencial da tecnologia, e na rejeição do progresso enquanto *hubris*: ambos desejam que o progresso responda a uma ordem social normativa, que regule as forças desagregadoras da modernidade.

Por sua vez, isto permite-nos considerar um aspeto central desta discussão: porquê discutir a fundação e definição de tecnologia, à semelhança de Alberti e Heidegger? E o que podemos inferir da reinvenção de *techne* produzida pela arquitetura na sua formação histórica? A pertinência destas questões reside, no nosso entender, na resposta a outras duas questões, as seguintes: de que elemento ou elementos *techne* adquire fundação? De que elemento ou elementos a arquitetura

deriva adquire a sua, como tecnologia do habitar? A resposta: da construção política da coabitação humana.

Reparemos, por um lado, na forma como *techne* deriva de *tekton* e *episteme*, sendo esta última essencial para a primeira, dado que, no seu sentido clássico, uma técnica sobre a matéria surge enquanto uma forma de compreender a matéria e de a integrar numa visão do mundo. Por outro lado, é relevante voltar ao significado de *arche* – o princípio que governa – que, reforçando a primazia da *episteme* sobre o mundo material, traduz esta num poder, enquanto algo que governa. Seguindo esta articulação, tecnologia, enquanto *techne* e arquitetura enquanto tecnologia, podem ser consideradas como formas de governar uma determinada ecologia humana através de um entendimento e conjunto de ações sobre a sua definição e organização, no sentido vitruviano: determinando política e eficazmente um ambiente. Por outras palavras, podemos considerá-las como formas de ordenar a coabitação humana em função de uma estratégia política de desenvolvimento.

Uma interpretação semelhante de tecnologia é articulada por Michel Foucault (1926-1984) nas décadas de 70 e 80 do século passado. Servindo-se da definição grega de *techne*, Foucault vem propor que a tecnologia seja entendida como uma racionalidade prática orientada por objetivos conscientes não redutíveis à transformação da matéria ou, nas suas palavras:

A desvantagem desta palavra *tekne*, apercebo-me, é a sua relação com a palavra ‘tecnologia’, a qual tem um significado muito específico. Um sentido muito restrito é dado a ‘tecnologia’: pensamos em tecnologia dura, a tecnologia da madeira, do fogo, da eletricidade. Quando governo é também uma função de tecnologia: o governo de indivíduos, o governo de almas, e por aí a fora. (Foucault, 2000a [1982]: 364)

No âmbito dos estudos de Foucault sobre a produção de condutas e subjetividades,⁸ a tecnologia aparece associada ao governo do próprio e dos outros (“the government of the self, the government of souls”), ou seja, é ressignificada enquanto conjunto de saberes e técnicas de governo do social. Neste sentido, a tecnologia representa tecnologias de governo, operativas na construção ética da coabitação, isto é, na produção e gestão das relações entre conhecimentos, práticas e sujeitos. Segundo esta perspetiva, a tecnologia não é apenas a gestão material da realidade, mas também a sua gestão política, social, mental.⁹ É este conceito de

⁸ Ver especialmente: Foucault, 1992 [1984], 2009; e 2010.

⁹ Para usos recentes desta noção de tecnologia ver, dentro de linhas influenciadas por Latour (2004),

tecnologia que procuramos recuperar para pensar a arquitetura enquanto forma e reflexão política. No entanto, convém discutir dois aspectos problemáticos: primeiro, a distinção entre política e governo e o modo como esta informa a construção do poder político; segundo, a ideia de poder enquanto força produtiva, contrariamente à ideia monolítica e negativa de poder, poder como violência externa, que é muitas vezes associada às teses de Foucault.¹⁰

A QUESTÃO DA POLÍTICA E DO GOVERNAR

É essencial distinguir entre política e governo. A primeira, em linha com a reflexão política de Carl Schmitt (2007 [1927]) e, mais recentemente, de Chantal Mouffe (2007) e Jacques Rancière (2010), é um exercício dialético de confronto, baseado em práticas agonistas de desacordo. Por outras palavras, é continuamente a luta entre diferentes modos sociais e respetivo reequilíbrio. Por outro lado, governo, seguindo especificamente as ideias de Rancière (2010), é o momento em que política se transforma em instituição, ou dentro do registo emprestado de Foucault (2000b [1982]), em tecnologias concretas para produzir/regular determinado ambiente.

O central a reter desta distinção entre política e governo é que política não possui uma definição ontológica, isto é, não tem essência, ao contrário do que, por exemplo, defende Agamben (1998). Da mesma forma, o governo também não possui uma essência, é apenas o conjunto de tecnologias que são atualizadas para governar segundo uma determinada estratégia política e sobre uma projetada distribuição do social.

Dito de outra forma, tanto a política como o governo são práticas situadas e socialmente construídas; a primeira enformando a segunda, e esta, por sua vez, produzindo e contestando a primeira através da fixação de formas de governar.

Considerar a arquitetura como tecnologia de governo parece aproximar esta, à partida, do governo enquanto práticas *policiais* de ordenamento dos conflitos políticos (*apud* Rancière, 2010). Se seguíssemos a ideia um tanto simplista do “panopticon”, este poder seria essencialmente um poder negativo de submissão e nunca de criação. Porém, se consideramos a tecnologia como responsável por processos de subjetivação, isto é, de criação de sujeitos no sentido foucaultiano, então o poder da arquitetura torna-se produtivo em sentidos mais complexos. Voltemos brevemente ao conflito entre *arche* e *tekton*.

Barry (2001), Neves (2007) e Bennet (2010), dentro de linhas influenciadas por Foucault, Mitchell (2002), e entre ambas as linhas, por exemplo, Anand (2011).

¹⁰ Nomeadamente na aplicação do conceito de “panopticon” (Foucault, 1991 [1975]) em análises espaciais, ver, por exemplo, Dovey (1999).

Em Vitruvius, a unidade destes dois termos na *techne* constituída pela arquitetura é indissociável do ambiente sociopolítico no qual defende esta unidade. De facto, encontramos no seu *De architectura* a justificação da grandeza da arquitetura na descrição da superioridade racial do povo romano que, filho de um determinismo ambiental específico, representa o equilíbrio entre os povos preguiçosos do Sul e os povos guerreiros do Norte: um equilíbrio perfeito, no seu entender (*apud* Vitruvius, 1914). A coesão e universalidade epistemológica conseguida para a arquitetura enquanto disciplina resultavam também desta leitura imperialista e racial do equilíbrio entre progresso e cultura conseguido pela superioridade romana.

Alberti, por seu lado, reitera as três condições necessárias para a “boa arquitetura” definidas por Vitruvius (1914) – *firmitas, utilitas, venustas* – na sua própria tríade (*necessitas, commoditas, voluptas*), assim marcando o processo histórico de recuperar a unidade clássica de *techne*. Este processo não pode ser lido sem tomar em conta o projeto político do papado romano e a forma como, através de criativos construtores, se apropriou da linguagem da arquitetura romana para fazer sentir a sua vontade de poder intemporal cristão. Os falhanços deste projeto, nomeadamente resultando dos confrontos com os estados burgueses do norte de Itália, marcam também a impossibilidade da boa resolução deste processo; aqui se vai basear o pessimismo de Alberti. Por outro lado, já a própria tradução de Alberti das três condições da boa arquitetura possuía um elemento demarcador da emergência de um distinto sujeito de poder. Em *commoditas* podemos ler a alusão à ideia do mais cómodo. Ao contrário da tríade romana aludindo à firmeza militar, à utilidade engenhreira e à vetustez do espaço público romano, a necessidade, comodidade e voluptuosidade, cunhadas por Alberti são já o sinal da emergência de uma forte cultura burguesa.

Também comparando, por exemplo, Ledoux a Durand, deparamo-nos com a emergência de diferentes sujeitos e distribuições do social. Ledoux, nos seus planos utópicos, nomeadamente o da *Saline de Chaux*, desenhado na passagem do século XVIII para o XIX, é uma projeção moderna do urbano à escala do território, no qual os vários papéis sociais, identificados com as profissões, são detalhadamente dispostos numa ordem formal totalizante, uma ordem que parte do conjunto (ver imagem IV).¹¹

Durand, por outro lado, já não está preocupado em detalhar com forma os papéis sociais, mas antes em tornar produtivas as combinações dos vários papéis dentro de uma noção global de produtividade. Como se toda a cidade fosse transformada numa fábrica, a arquitetura vem então servir a correta disposição da produtividade – da estrada, do passeio, do hall de entrada, da sala de trabalho, do gabinete técnico, etc. –

¹¹ Cada profissão e sujeito social associado à indústria das salinas reais são colocados numa forma arquitetónica específica, ver Aristides e Campomarzio.

enquanto, ao mesmo tempo, permite satisfazer as aspirações sociais daqueles que apropriam essas espacialidades produtivas; assim se distinguem plantas de fachadas, as primeiras servindo produtividades, as segundas, as ambições sociais dos seus patrões. É relevante notar que Ledoux foi, durante a maior parte da sua vida, arquiteto da realeza, enquanto Durand foi, desde cedo, arquiteto das classes financeiras e industriais.

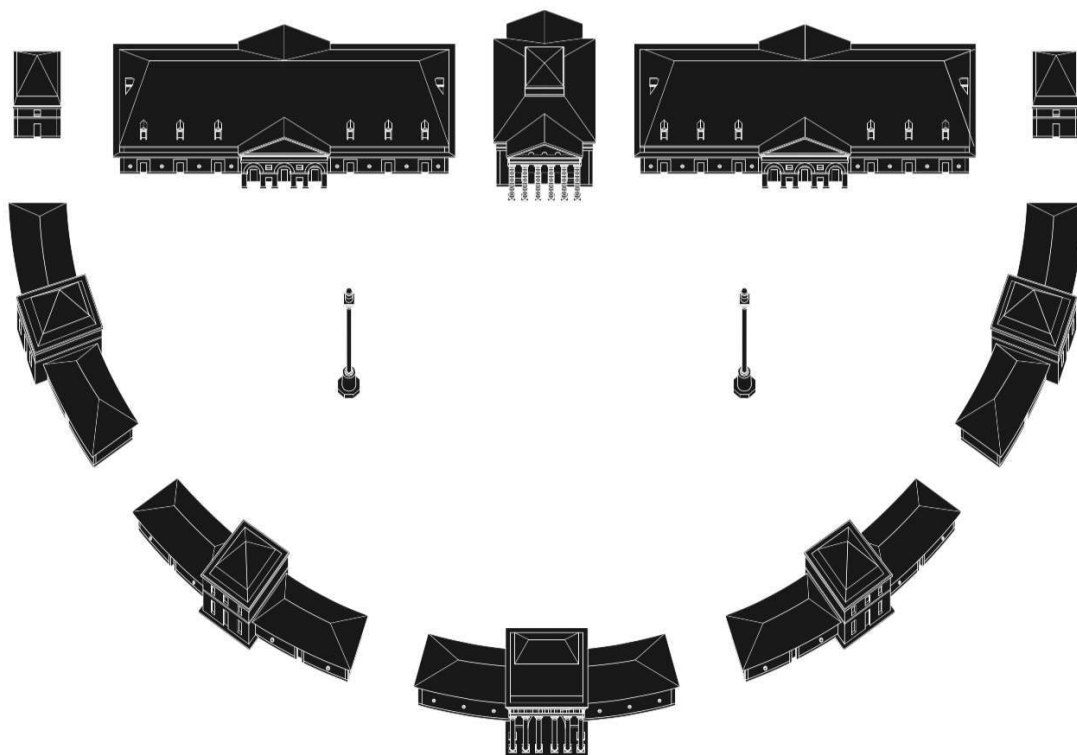


IMAGEM IV - Axonometria da *Saline de Chaux*

Fonte: Campomarzio (cf. Aristides e Campomarzio, 2015).

Estas relações entre diferentes fases de afirmação profissional da arquitetura e as culturas sociopolíticas nas quais existiram permitem identificar vários aspectos pertinentes da construção política da arquitetura enquanto tecnologia de governo. Primeiro, a cada redefinição profissional equivale uma estratégia ou conjunto de estratégias de definição política. Assim, reparamos como a unidade de *techne* em Vitruvius também residia na afirmação da superioridade sociopolítica dos romanos; como esta unidade se começou a fragmentar quando projetos políticos imperiais se confrontavam com outros (o papado contra a burguesia florentina e veneziana); e

como a unidade é definitivamente compartimentalizada no seguimento do iluminismo e da emergência dos Estados-nação burgueses.

Isto indica-nos que o próprio conflito, interno à arquitetura, entre *arche* e *tekton* evoluiu em relação ao aparecimento de contrastantes projetos políticos, sendo ela mesma uma reflexão dos conflitos que daí resultaram.

Por outro lado, e em terceiro lugar, a consolidação epistemológica da profissão e as suas soluções práticas para os problemas que cada contexto comportava construiu-se relativamente à emergência de sujeitos ou modos de vida derivados das diferentes estratégias políticas. É ilustrativa a comparação entre os projetos de Ledoux e Durand, o primeiro procurando formalmente estabelecer o lugar de cada um, o segundo definindo um funcionalismo espacial, mais alienante das identidades históricas. Cada um destes arquitetos anunciava um quadro de vida distinto, com modos de vida específicos para a República imperial Francesa.¹²

Por outras palavras, enquanto uma tecnologia de governo, a arquitetura produz-se em torno de uma projeção do sujeito – uma estratégia de formação e desenho do sujeito, refletindo esse projeto de sujeito na reformulação das suas hipóteses de trabalho.

Portanto, enquanto derivada diretamente dos quadros de vida (Bandeirinha, 2009), e exercendo-se como uma reconstrução da distribuição de poder nesses quadros de vida, a arquitetura é uma forma de poder criativo sobre estes, reposicionando projetos presentes de subjectivização na história do governo do espaço.

Uma das poucas referências de Foucault à arquitetura poderá ser elucidativa. A propósito do sistema prisional da Pensilvânia no século XIX, Foucault refere o seguinte, citando o arquiteto francês Gillaume-Abel Blouet:

Em Cherry Hill, ‘as paredes são o castigo do crime; a cela confronta o presidiário com ele mesmo: ele é forçado a escutar a sua consciência’. [...] ‘A cada visita, algumas palavras benevolentes fluem desta boca honesta e trazem gratidão, esperança e consolação ao coração do presidiário; ele ama o seu carcereiro; e ele ama-o porque ele é gentil e compreensivo. As paredes são terríveis, mas o homem é bom.’ (Foucault, 1991 [1975]: 239)

A discussão em torno do sistema prisional da Pensilvânia era fortemente orientada por ideologias *Quaker*. O sujeito idealizado constituía-se em torno da ideia de pureza da alma. Os criminosos deveriam ser compelidos a “renascer” através da consciência de

¹² No caso de Ledoux apenas imaginada, pois foi aprisionado aquando da revolução de 1789, tendo morrido poucos anos depois na cadeia.

si. A crueza das paredes da prisão de Cherry Hill não estava contida na ideia do “renascimento” da alma, mas foi o artifício através do qual essa ideia encontrou uma tecnologia para se concretizar. A arquitetura foi uma racionalidade prática a partir da qual essa produção do sujeito encontrou um campo produtivo concreto.

Isto torna manifesto o seguinte: que a arquitetura tem por domínio político próprio o cruzamento entre os projetos de modos de vida – as racionalidades práticas que organizam e selecionam o sujeito – e a matéria possível e concreta para a sua produção no espaço e no corpo. Acresce que, além de funcionar como um dispositivo tático, concretizando um imaginário político, a arquitetura não é redutível a este. Pelos seus métodos e formas de conhecimento, origina um outro campo para a experiência subjetiva, para a *distribuição do sensível* (*apud* Rancière, 2010), não redutível à filosofia, estratégia ou ideais que a promoveu.¹³

Fazer aparecer um imaginário político e produzir as suas tecnologias de governo é, então, a dialética que emerge na interpretação de arquitetura como tecnologia, repensada como *techne*. É baseado nesta articulação que um entendimento de arquitetura enquanto tecnologia poderá estimular a imaginação de um problema político como o da democratização da justiça.

A QUESTÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DA SUA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Qual a pertinência de discutir arquitetura como tecnologia, especialmente a partir de uma interpretação etimológica e sociohistórica da sua definição, face ao problema presente e urgente de democratizar a justiça?

No decurso das discussões desenvolvidas no curso de formação avançada “O Espaço na Democratização da Justiça,” em setembro de 2012, e no simpósio realizado um ano mais tarde com o mesmo título e âmbito,¹⁴ foram identificados vários problemas relativamente à vivência da justiça no espaço, nomeadamente no que concerne a reprodução espacial de injustiças inseridas no próprio funcionamento da justiça.

Da discussão destes problemas, saiu realçado o papel instrumental da organização do espaço – arquitetura e urbanismo – na produção da vivência da justiça e o papel do tribunal na distribuição desigual da justiça. Como exemplo: o recente Campus de Justiça de Lisboa, desenhado pelas empresas de arquitetura Nuno

¹³ Podemos até dizer que, em certas situações, a arquitetura vai longe de mais, ultrapassando as próprias visões políticas que as impulsionam como, por exemplo, no caso dos modernistas que, propondo a racionalização total da operatividade social através da racionalização da casa e da cidade, chegam à visão de um futuro que se impõe retrospectivamente nas realidades sociopolíticas que pretendiam melhorar.

¹⁴ O primeiro organizado por Patrícia Branco e Tiago Castela, o segundo apenas por Tiago Castela, ambos através do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, decorrendo respetivamente entre 14 a 22 de setembro em Coimbra e a 20 de setembro em Évora.

Leónidas Arquitetos, Frederico Valsassina Arquitetos e Miguel Rocha e Saraiva Arquitetos, entre 2002 e 2008, emergiu como um objeto paradigmático de um conjunto de condições urbanas e espaciais que reproduzem uma vivência desigual da justiça.

Da sala de audiências até à posição do tribunal na grande área metropolitana de Lisboa, identificou-se através deste caso, entre outros, um conjunto de distâncias e desfazamentos reproduzidos no serviço da justiça à maioria da população. Por outro lado, tanto a natureza do projeto do campus, uma empreitada pública comprometida com um conjunto de interesses imobiliários privados, bem como a sua concretização numa linguagem neomodernista de lajes aparentes, vidro e transparência, foram criticamente interpretadas como aludindo para uma característica específica e estrutural: uma ambígua relação com a transparência. Por outras palavras, podemos interpretar a linguagem formal do campus como uma projeção ideológica que apropria a ideia de transparência como uma dissimulação da falta de transparência tanto da justiça em si, como da natureza e efeitos do tipo de relações político-empresariais por detrás de semelhantes empreitadas públicas; bem como, igualmente, da forma como a distribuição do Campus em si, pelo sítio em que está localizado – o parque das nações, seleciona o seu acesso.

Surgiu, pois, como uma alegoria, ativa e produtiva, para a ambiguidade política com que o governo da justiça é tratado especificamente no caso português. Justiça, sua organização espacial, operações concretas e vivências formam um conjunto de situações problemáticas para uma mais completa democratização da justiça, como analisado em maior detalhe por Patrícia Branco (2013), entre outros.¹⁵

No contexto do mapeamento das várias disfuncionalidades e desigualdades reproduzidas pelo governo e vivência da justiça, a arquitetura e o espaço urbano emergiram como agentes centrais, nomeadamente na perpetuação de certas condutas e protocolos socioespaciais associados ao serviço da justiça.

É neste âmbito que pensar a arquitetura enquanto tecnologia de governo, como forma de capturar o seu carácter político, poderá ser pertinente tanto para a análise das desigualdades nos seus hábitos socioespaciais, como para a articulação de possíveis soluções em outras vivências da justiça, criticamente construídas.

A presente discussão serve para avançar propostas dentro destas duas linhas. A primeira, contribuindo para o entendimento crítico das operações concretas da justiça, através de um estudo das condutas que emergem com determinadas tecnologias

¹⁵ O livro citado incorpora um projeto de investigação, financiado pela FCT e com início em 2010, do qual também fazem parte Cláudia Pozzi, João Pedroso, Valério Nitrato Izzo e Paula Casaleiro, e intitulado “Arquitectura judiciária e acesso ao direito e à justiça: o estudo de caso dos tribunais de família e menores em Portugal”.

espaciais. A segunda, contribuindo para o imaginar de formas mais democráticas de justiça, repensando a sua vivência espacial e os seus imaginários políticos e cívicos.

CONTRIBUTO PARA UM ESTUDO MATERIAL DA JUSTIÇA

Se a arquitetura enforma um imaginário político e produz um conjunto de formas concretas para a sua vivência, então, abordar a justiça do seu ponto de vista, enquanto tecnologia de governo, poderá facilitar o mapeamento dos modos de conduta, das estratégias políticas e das disposições concretas que produzem o conjunto de desigualdades criticado.

Em várias medidas, um estudo assim ancorado tem sido desenvolvido por Branco, entre outros (Branco, 2013). Apesar disto, um recentrar de tal estudo no espaço possibilita condensar as várias análises críticas, partindo de diferentes enfoques e áreas disciplinares, no objeto concreto dessa crítica da experiência da justiça.

Articulando formas, matéria, espaço com a transformação de imaginários políticos em estratégias e de como estas, por sua vez, se transformam em condutas socioespaciais específicas, poderá permitir uma maior transversalidade à crítica do funcionamento da justiça: envolvendo simultaneamente a crítica de imaginários políticos, da criação de cidadãos-sujeitos e de disposições corporais do sensível.

Num sentido mais prático, este estudo pode ser enriquecido combinando etnografias do Estado, bem como de situações pessoais de resolução de conflitos judiciais, com um estudo espacial que se apoie em métodos da antropologia que permitam interpretar a “produção do espaço”, no sentido defendido por Lefebvre (1991 [1974]). Isto implica recolher e conseguir interpretar as várias práticas sociais e técnicas que contribuem para um determinado conjunto de condutas materiais e sociais associadas à justiça. Podemos referir-nos a este estudo como um estudo socioespacial da experiência da justiça.

No que concerne o contributo específico da disciplina de arquitetura, uma análise espacial com base nos métodos desenvolvidos pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira, António Pinto Freitas e Francisco Silva Dias no inquérito arquitetónico *Arquitetura Popular em Portugal* (Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961) permitiria um pertinente questionamento do papel do espaço na produção e manutenção de condutas.

Na análise à arquitetura vernacular da região da Estremadura, estes arquitetos focaram-se no que podemos designar de “motivos socioespaciais”¹⁶ isto é, na

¹⁶ Este termo é derivado da expressão “socio-material processes” de Raymond Williams (2015 [1979]), utilizado pelo autor para assinalar a importância de perceber processos culturais e políticos a partir da interligação e interdependência dos seus processos sociais e materiais.

identificação de rituais e condutas sociais relativas a espaços específicos, ora públicos, ora privados, ora também algures entre ambas as categorias. Este enfoque permitiu-lhes identificar espaços concretos com as suas práticas sociais específicas, espacializando hábitos sociais e socializando o espaço. O resultado da sua secção do inquérito, ao contrário das dos seus colegas, não foi a emergência de arquiteturas vernáculas como objetos belos resultando de largos e profundos condicionantes culturais, mas a criação de um mapa flexível e aberto da intimidade entre certas formas de espaço e certos hábitos sociais.

Cruzar esta exploração de “motivos socioespaciais” com o estudo de espaços da justiça poderia permitir identificar, de forma etnográfica e interpretativa, como determinadas tecnologias espaciais correspondem a um conjunto específico de condutas, através das quais a justiça é produzida enquanto hábito cidadão e cidadão. Por sua vez, este cruzar de objetos e práticas permitiria inferir relações mais amplas a propósito da construção social dos imaginários políticos colocados em ação nas operações espaciais da justiça.

CONTRIBUTO PARA UMA OUTRA VIVÊNCIA DA JUSTIÇA

No seguimento desta reflexão, projetar práticas mais democráticas de justiça torna-se um problema de governo de condutas, o que implica atualizar a tecnologia do habitar em função de uma subjetividade desejada ou, como diria Jacques Rancière, em função de uma mais democrática *distribuição do sensível* (2010). O sensível é aqui, à semelhança da definição de poder de Foucault (2000b [1982]), a relação entre conhecimentos, percepções e práticas. E a sua nova distribuição implicará, assim cremos, a articulação de novos conhecimentos em novas percepções, fundamentando outras práticas. No centro destes novos conhecimentos imagina-se um outro sujeito, e o resultado das suas tecnologias será a prática de uma outra vivência da justiça: a democratização da justiça envolverá a reorganização da vivência da justiça.

Com isto em mente, propomos tomar a prática e o conhecimento arquitetónico como um campo de formação de ideias sobre essa outra forma de habitar a justiça. Dado que, enquanto tecnologia de governo, a arquitetura interliga imaginários políticos e sociais a disposições concretas e materiais no espaço, propomos que a desejada vivência mais democrática da justiça seja imaginada a partir do concreto e particular.

Propomos, então, que um imaginário mais democrático da justiça possa ser articulado na identificação de “motivos socioespaciais” da justiça. Primeiro na sua desconstrução e, depois, na sua reconstrução crítica, partindo do mais íntimo: a forma como uma pessoa aguarda audiência, a forma como essa pessoa experiencia o espaço de arguido, a forma como vive os intervalos, as consultas, a ida ao tribunal, ou

seja, as várias particularidades da experiência de se servir da e ser servido pela justiça. A todos estes aspetos equivale uma relação espacial estruturante: entre os programas mais públicos e os mais íntimos; entre o desenho dos programas, circulações e espaços de estar; entre o tribunal e a cidade, na qual habita a comunidade que deve servir.

Dado isto, em vez de partir de uma imagem idealizada das mudanças a efetuar, sugerimos que o oposto será mais produtivo: partir da imaginação de realidades concretas e específicas que, podendo-se constituir num referencial, permitam discutir as tecnologias e vivências a partir das quais uma experiência mais democrática da justiça se torne concreta.

A imaginação destas realidades não deve funcionar *ex nihilo*. Dentro do quadro nacional de espaços de justiça, tanto os do passado, bem como os do presente, existirão aqueles que contêm a vivência de justiça almejada ou, pelo menos, as experiências que funcionam como pistas para essa projeção. Com base nestes espaços e experiências, suas relações sociais, formais e históricas, um universo de dados 'ideais' poderia ser formulado. Por outras palavras, consideramos ser produtivo pensar a democratização da justiça a partir do estudo dos casos 'ideais', isto é, dos "motivos socioespaciais" que comportam processos considerados positivos, no sentido de uma maior democratização dos espaços da justiça

A partir destes casos 'ideais' poder-se-ia trabalhar sobre as relações que se estabelecem entre os programas, os usos e os diferentes sujeitos; quais as divisões, confrontos e limites que determinada organização social no espaço formula; como as relações propostas pela tecnologia espacial funcionam nas suas várias escalas (território, cidade, objeto e espaço interno – cidadania, apropriação urbana, definição pessoal). Por esta via das dimensões particulares do sensível, das vivências particulares – táticas específicas – poder-se-ia articular a dimensão universal e estratégica do problema político.

O objetivo final desta proposta não é produzir um modelo espacial ou quadro de vida formal. Pelo contrário, seria tornar permeável uma discussão das tecnologias possíveis para efetuar um programa de democratização da justiça, tendo como base a formulação de espécies espaciais – séries de exemplos não redutíveis a um cânone e comportando em si a complexidade dos hábitos e vivências desejadas. Por outras palavras, envolveria a criação de um mapa antropológico das mudanças desejadas: o criar de um cenário experiencial em que as questões da vivência da justiça se podiam transformar em questões do governo concreto da justiça.

Haverá muitos outros aspetos a estudar no sentido de projetar o papel da arquitetura para uma desejada democratização da justiça. Através desta reflexão,

apenas se tentou demonstrar a pertinência de tal exercício: pensar uma mudança política através da arquitetura, enquanto forma concreta de imaginar estratégias políticas, enquanto uma tecnologia de governo. Exercício que encontra justificação, do ponto de vista que procurámos expor, na possibilidade de repensar o sujeito democrático na sua relação com a justiça, partindo de uma das suas mais permanentes experiências: o habitar.

RUI ARISTIDES LEBRE

Doutorando no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
Ed. Colégio das Artes, Largo D. Dinis, 3000-143 Coimbra, Portugal
Contacto: ruiaaristides@gmail.com

Artigo recebido a 05.05.2014

Aprovado para publicação a 15.07.2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, Giorgio (1998), *Homo Sacer I: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press.
- Anand, Nikhil (2011), "Pressure: The PoliTechnics of Water Supply in Mumbai", *Cultural Anthropology*, 26(4), 542-564.
- Aristides, Rui; Campomarzio (2014), "Managing Natural Selection", *San Rocco*, 10, 61-71.
- Aureli, Pier Vittorio (2011), *The Possibility of an Absolute Architecture*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Bandeirinha, José António (2009), "Emília e o Espelho de Siza ou a Incómoda Residência da Arquitectura", *Jornal do Arquitectos*, 234, 64-75.
- Barry, Andrew (2001), *Political Machines*. London: Athlone.
- Branco, Patrícia (org.) (2013), *Sociologia do(s) Espaço(s) da Justiça: Diálogos Interdisciplinares*. Coimbra: CES/Almedina.
- Bennet, Jane (2010), *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham: Duke University Press.
- Dovey, Kim (1999), *Framing Places: Mediating Power in Built Form*. London: Routledge.
- Durand, Jean-Nicolas-Louis (1805), *Précis des leçons d'architecture*. Paris: L'École Polytechnique des Ponts et Chaussées.
- Foucault, Michel (1991), *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. London: Penguin Books [orig. 1975].
- Foucault, Michel (1992), *The History of Sexuality: 2 – The Use of Pleasure*. London: Penguin Books [ed. orig.: 1984].

- Foucault, Michel (2000a), "Space, Knowledge, and Power", in James D. Faubion (org.), *Power: Essential Works of Foucault 1954-1984*. London: Penguin Books, 349-364 [ed. orig.: 1982].
- Foucault, Michel (2000b), "The Subject and Power", in James D. Faubion (org.), *Power: Essential Works of Foucault 1954-1984*. London: Penguin Books, 326-348 [ed. orig.: 1982].
- Foucault, Michel (2009), *Security, Territory, Population - Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Basingstoke: Palgrave Macmillan [ed. orig.: 2004].
- Foucault, Michel (2010), *The Birth of Biopolitics – Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Basingstoke: Palgrave Macmillan [ed. orig.: 2004].
- Heidegger, Martin, (1977), *The Question Concerning Technology and Other Essays*. New York & London: Garland Publishing [ed. orig. 1954].
- Kaufmann, Emil (1952), "Three Revolutionary Architects: Boullée, Ledoux, and Lequeu", *Transactions of the American Philosophical Society, New Series*, 42, 433-564. Filadélfia: American Philosophical Society.
- Latour, Bruno (2004), *Politics of Nature: How to Bring the Sciences into Democracy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lefebvre, Henri (1991), *The Production of Space*. Malden, Oxford and Carlton: Blackwell [ed. orig.: 1974].
- Meyer, Hannes (1926), "Die neue Welt", *Das Werk*, 7, 205-225.
- Mitchell, Timothy (2002), *Rule of Experts: Egypt, Tecno-politics, Modernity*. Berkeley: University of California Press.
- Mouffe, Chantal (2007), "Artistic Activism and Agonistic Spaces", *Art&Research – a Journal of Ideas, Contexts and Methods*, 1, 2. Consultado a 01.09.2013, em <http://www.artandresearch.org.uk/v1n2/mouffe.html>.
- Neves, José Pinheiro (2007), *O apelo do objecto técnico*. Lisboa: Campo das Letras.
- Rancière, Jacques (2010), *Dissensus – On Politics and Aesthetics*. London/New York: Continuum International Publishing.
- Schmitt, Carl (2007), *The Concept of the Political*. Chicago: Chicago University Press. [ed. orig.: 1927].
- Tafuri, Manfredo (1985), *Projecto e utopia*. Lisboa: Editorial Presença [ed. orig.: 1973].
- Tafuri, Manfredo (2006), *Interpreting the Renaissance: Princes, Cities, Architects*. New Haven/London: Yale University Press [ed. orig.: 1992].
- Sindicato Nacional dos Arquitectos (org.) (1961), *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Gráfica São Gonçalo.
- Vitruvius (1914), *The Ten Books on Architecture*. Tradução de Morris Hicky Morgan. Cambridge: Harvard University Press [ed. orig.: desconhecida].
- Wallenstein, Sven-Olov (2009), *Bio-politics and the Emergence of Modern Architecture*. New York: Princeton Architectural Press.

Williams, Raymond (2015), "The Long Revolution: Interview with New Left Review", *in* New Left Review (org.), *Politics and Letters*. London/New York: Verso, 133-174 [ed. orig.: 1979].